

NORMAS COSTUMEIRAS DE MANEJO DE ÁGUA E TERRA NO TERRITÓRIO DOS GERAIS DO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO¹

COSTUME RULES FOR WATER AND LAND MANAGEMENT IN THE TERRITORY OF THE GERAIS OF HIGH-MEDIUM SÃO FRANCISCO RIVER

Keyty de Andrade Silva
(UFMG, andrade.keyty@gmail.com)
Eduardo Magalhães Ribeiro
(UFMG, eduardoribeiromacuni@gmail.com)
Gildarly Cruz
(UFMG, gc.cruz@hotmail.com)

Grupo de Trabalho (GT) 5: Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

A análise dos usos que as populações camponesas fazem dos recursos da natureza presentes em seus territórios revela a importância desses elementos nas dinâmicas socioculturais. No Semiárido, a relação entre água e terra se manifesta de maneira específica, despertando um interesse singular sobre como as comunidades rurais convivem com os recursos da natureza disponíveis. Considerando essa realidade, este estudo analisou os usos costumeiros da água e da terra nos gerais, buscando compreender, por meio do método etnográfico, as especificidades socioambientais e como elas interferiram nos arranjos produtivos, comunitários e familiares. No Semiárido norte mineiro, no Alto-Médio São Francisco, nos gerais, as famílias criaram formas próprias de acesso à água e manejo da terra, por meio da gestão comum das águas e do cultivo de mantimentos. As hortas e roças são plantadas de acordo com a possibilidade de acesso às fontes de água, utilizando-se da fertilidade das áreas úmidas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Semiárido; Água; Costumes.

Abstract

The analysis of the uses that the peasant populations make of the resources of nature present in their territories reveals the importance of these elements in the socio-cultural dynamics. In the Semiarid region, the relationship between water and land is manifested in a specific way, arousing a singular interest in how rural communities live with the available natural resources. Considering this reality, the present study analyzed the customary uses of water and land in gerais, seeking to understand, through the ethnographic method, the socio-environmental specificities and how they interfered in the productive, community and family arrangements. In the Semiarid North of Minas Gerais, in the Upper-Middle São Francisco River, in gerais, families created their own ways of accessing water and management the land, through common water management and the cultivation of grocery. The vegetable gardens and farms are planted according to the possibility of access to water sources, using the fertility of wet areas.

Keywords: Family agriculture; Semi-arid; Water; Mores.

¹ A pesquisa que originou este artigo foi apoiada pela CAPES, CNPq e Fapemig, aos quais os autores agradecem.

1. Introdução

Um território possui múltiplos usos e significados, criados pelas diferentes relações que as comunidades humanas estabelecem com os recursos da natureza nele presentes. Em comunidades rurais, as famílias agricultoras preservam e constroem, a cada geração, sistemas produtivos e culturais baseados nas relações com o território em que vivem.

Essas relações determinam a dinâmica de trabalho das famílias: a escolha dos espaços adequados aos cultivos, a composição da pauta alimentar e outros aspectos da vida cotidiana. Para a água, particularmente, agricultores definem usos distintos: simbólicos e materiais, ditados pela disponibilidade e qualidade, mas sobretudo pelas condições de acesso, que podem ser liberadas ou restritivas.

No Semiárido brasileiro, as comunidades rurais lidam historicamente com imposições de desigualdade no acesso à terra e com a falta de chuvas, o que ocasiona a disponibilidade regrada de água. O Semiárido brasileiro é composto por nove estados e foi delimitado em virtude das condições climáticas dominantes de semiaridez. Na porção Norte mineira do Semiárido, no Alto-Médio rio São Francisco, no território dos gerais, os períodos de chuva são bem definidos, mas a precipitação pode ser baixa e irregular, ocasionando longos períodos secos, devido às condições naturais do clima.

As comunidades rurais dos gerais precisaram se adaptar às dinâmicas do lugar, onde a água, ou sua ausência, configurou o estilo de vida e a produção familiar. Mas a convivência com a escassez nos gerais tem se transformado. Os sintomas do agravamento da irregularidade dos períodos de chuva tornaram-se aparentes a partir da década de 1980, resultando no secamento de fontes de água, como rios e veredas, e gerando mudanças na oferta e no acesso. As famílias foram condicionadas a buscar novas alternativas para o abastecimento, como poços artesianos, cisternas de placa, caminhões-pipa, entre outras.

Em algumas comunidades dos gerais, por outro lado, o abastecimento de água das famílias foi mantido pelos rios que continuaram vivos. Esse é o caso de Cabeceirinha, comunidade rural de Januária, que é cortada pelo rio Pandeiros, e foi escolhida como área deste estudo. Cabeceirinha é formada por seis “povoados”, onde as famílias de agricultores familiares residem há no mínimo quatro gerações. As famílias têm seus modos de organizar a produção e costumes interdependentes do rio Pandeiros e dos gerais, formando uma relação entre a sociedade, o ambiente e o território.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar os usos costumeiros da água e da terra no território dos gerais do Alto-Médio São Francisco, compreendendo as especificidades ambientais e como essas interferiram nos arranjos comunitários e familiares.

O artigo começa com um breve referencial teórico sobre a noção de território, que deve ser entendido para além de sua delimitação física, contendo, um aparato simbólico para as populações que nele habitam. Discute, também, como as especificidades ambientais do território interferem na dinâmica de vida das populações, com um olhar especial para a forma como as comunidades rurais vinculam seus modos de vida às fontes de água disponíveis. Partindo disto, procura entender como a agricultura familiar é condicionada pelos recursos da natureza presentes em um território. Após o referencial, é caracterizada a área de estudo e é apresentada a metodologia de pesquisa, a etnografia; por fim, mostra os resultados, apresentando a forma singular como os agricultores familiares de Cabeceirinha se adaptaram as condições ambientais do gerais para estabelecer normas coletivas de abastecimento doméstico, cultivo de alimentos e manejo do gado.

2. Referencial teórico

2.1 Território

O território é um espaço socialmente partilhado, ao qual comunidades humanas atrelam suas vivências. A noção de território é importante para sua delimitação no espaço e para a construção do imaginário cultural das populações. Mas, um território, não é definido somente pela sua extensão territorial, possui significados. Um território reúne aspectos visíveis e invisíveis, carregando dimensões econômica, política e sociocultural, envolvendo elementos simbólicos, rituais e da organização social. Na construção da abordagem territorial deve-se reconhecer “as articulações existentes entre as dimensões sociais, da natureza exterior, do processo histórico e a multiescalaridade de processos territoriais” (SAQUET, 2011, p.2).

Um território compõe além do ‘ter’ também o ‘ser’ de cada grupo social, sendo “produto e produtor de identidade” (HAESBAERT, 1999). Para compreensão das suas múltiplas formas de apropriação, as representações simbólicas são fundamentais na definição dos significados dos recursos naturais ali existentes. A abordagem simbólica do território proporciona a compreensão dos elementos de uma cultura, contendo estórias das roças antigas, dos caminhos e também de seus mitos e lendas (LITTLE, 2002; DIEGUES, 2007).

Na perspectiva político-social, um território pode ser entendido como o espaço de representação das ações de um grupo humano, “garantindo aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 1998, p. 05), sendo considerado como um produto histórico, decorrente de aspectos sociais e políticos. Para analisá-lo, como, destaca Little (2002), é necessária, também, uma abordagem histórica que compreenda as peculiaridades de sua formação e que considere os contextos em que foi defendido ou reafirmado.

As especificidades de cada ambiente natural e as características dos territórios, desencadeiam relações singulares. Essas repercutem nos modos de vida das comunidades. Para os agricultores familiares tradicionais, os recursos da natureza e a terra possuem funções e significados que ultrapassam o universo material, sendo indispensáveis em concepções culturais, simbólicas e religiosas.

Ao exercerem “um esforço coletivo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” Little (2002, p.253), os grupos sociais criam uma territorialidade específica, onde o trabalho e as práticas cotidianas são essenciais para a manutenção e transmissão de conhecimentos.

2.2. Populações rurais e água

A água é um elemento central da concepção de culturas, da reprodução material e simbólica das comunidades rurais tradicionais e da ocupação e formação territorial, estando presente em inúmeros mitos de criação das sociedades. Muitas vezes concebida como dádiva dos deuses aos antepassados (DIEGUES, 2007), suas representações culturais se modificam de acordo com as populações e com os ambientes em que as comunidades se desenvolvem, além de sua maior ou menor disponibilidade e sazonalidade. Água “é percebida por boa parte dos agrupamentos humanos como uma ‘segunda natureza’, algo tão inerente à sociedade que há dificuldades em manter distanciamento para se refletir sobre ela” (GALIZONI, 2005, p.11).

Em muitos registros mitológicos as águas doces originaram o mundo e as culturas humanas. Shiva (2007, p.136) aponta que as relações entre populações e as fontes de água “tem sido sagradas ao longo da história, merecedoras de reverência e respeito”. No início do século XXI, a água já era reconhecida como fator essencial e limitante para o desenvolvimento de um território, disputada por seus múltiplos usos (GALIZONI, 2005, p. 11).

Mesmo a água doce sendo uma necessidade básica para todos os grupos humanos, a forma como essa necessidade é alcançada depende de cada cultura. O atendimento de cada necessidade (beber, irrigar, lavar, entre outras) é realizado por meio de instituições próprias, criadas para cada finalidade (DIEGUES, 2007). Sua condição básica e vital para a reprodução social está circunscrita no domínio do simbólico, manifestada nos ritos, cerimoniais sagrados e mitológicos, e nas práticas agrícolas.

Camponeses definem usos distintos para a água, ditados pela disponibilidade e qualidade, mas sobretudo pelas condições de acesso. No universo da pesca, por exemplo, se evidenciam ritos e relações simbólicas que transcendem a dimensão do trabalho relacionado à água pelo pescador artesanal (CUNHA, 2000). Os caboclos e ribeirinhos amazônicos vivem, em sua maioria, à beira de rios, igarapés, igapós, lagos e várzeas, tendo a vida regulada pelas cheias dos rios e riachos, lagos e pântanos. Para os povos indígenas amazônicos a água dos diferentes corpos têm importância vital nos modos de vida e na dinâmica sociocultural local (DIEGUES, 2005). As comunidades camponesas que residem nas margens dos rios Solimões e Amazonas, formam um “campesinato das águas”, sobrevivendo tanto da agricultura, como da pesca e do extrativismo. As terras de várzea em que esses camponeses trabalham ficam em média cinco meses submersas, transformando a dinâmica da vida local de acordo com o período das cheias (FRAXE, 2000).

Já nas comunidades rurais do Semiárido o regime de chuvas é definido em dois períodos bem definidos: o “tempo das águas”, quando há maior disponibilidade de água decorrente das chuvas. e o “tempo da seca”, quando não chove e há menor disponibilidade de água nas fontes superficiais, como os rios (DIEGUES, 2007).

2.3 Agricultura familiar

A agricultura familiar é um modo específico de produzir e viver em sociedade, onde a família pode ser entendida como um sujeito coletivo, por meio do qual ocorre a organização econômica com base no trabalho e no consumo (CHAYANOV, 1974; BRUSCHINI, 1989; LÉVI-STRAUSS, 2010). A família ao mesmo tempo que é proprietária, trabalha no estabelecimento produtivo. O fato da agricultura familiar, enquanto estrutura produtiva, associar família, produção e trabalho, determina a forma como age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996).

A família camponesa expressa modos próprios materiais e simbólicos. Existe uma “ética camponesa” (WOORTMANN, 1990, p. 11), formada por relações próximas e inerentes aos territórios, aos ambientes e aos recursos. Esta ética é “constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações do ser humano entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (WOORTMANN, 1990, p. 11). Ocorre uma interação com a natureza viva, onde a terra representa um componente especial, é entendida não apenas por sua estrutura física, mas, também, como aparato simbólico (BRANDÃO, 1983; PLOEG, 2009). As relações com o meio determinam a dinâmica de trabalho das famílias: a escolha dos espaços adequados aos cultivos, a composição da pauta alimentar e outros aspectos da vida cotidiana.

O campesinato é capaz de se reinventar e preservar as tecnologias de trabalho respeitando as transformações da natureza e do meio onde vive. Quando necessário, as comunidades rurais (re)criam seus códigos próprios de relações sociais entre si e com o meio, possibilitando a continuidade de trabalho com a terra, mesmo que, em alguns casos, de forma restrita.

2.3.1 Agricultura familiar nos gerais

Os gerais é um território formado por “chapadas extensas e pouco elevadas, cobertas por vegetação arbustiva e rasteira, assentados na maioria dos lugares sobre solos muito pobres e secos, formados por areia quartzosa” (RIBEIRO, 2010, p.23). Nele as comunidades rurais conjugaram a disponibilidade de chuvas e fontes de água com particularidades territoriais. Os tipos de “pau” encontrados na vegetação, de acordo com seu porte, servem como indicadores da fertilidade do solo e conseqüentemente o tipo de lavoura a ser cultivada.

As famílias agricultoras classificaram o ambiente dos gerais de forma particular, dividindo-o em três principais áreas: vazante, mata e gerais. Cada ambiente está fundamentado numa oposição entre terra e água (GALIZONI, 2005; RIBEIRO, 2010). As divisões nos ambientes influenciaram na atividade que as comunidades rurais realizavam. Vazanteiros plantavam na estação seca, nas áreas de vazante; geralistas dividiam suas atividades extraindo recursos da natureza, plantando pouco mantimento no tempo das águas e cultivando muito mantimento nos brejos das veredas, no tempo da seca; e lavradores faziam agricultura de sequeiro, dependendo do período das chuvas para seus cultivos (GALIZONI, 2005, p.127). Existem comunidades que usavam a vazante e a mata, plantando hortas nas vazantes e realizavam agricultura de sequeiro nas matas.

Na agricultura dos gerais, baseada nas condições ambientais, existem lugares próprios para cada atividade. O roçado, por exemplo, é realizado em lugares indicados pela cor do solo, pelo porte da vegetação e por plantas específicas que indicam a fertilidade do solo. O cruzamento dessas características determina as culturas plantadas (GALIZONI, 2005; RIBEIRO, 2010). O sistema de produção utiliza principalmente o plantio em brejos e vazantes e o fogo nos gerais. Nas áreas embrejadas de veredas cultiva-se arroz, feijão e outros mantimentos. A dinâmica das águas, conjugada com as particularidades territoriais, dita nos gerais a produção de alimentos, o manejo e criação dos animais.

3. Método e procedimentos da pesquisa

A área de estudo foi a comunidade rural de Cabeceirinha, situada no município de Januária, localizado na região Norte do estado de Minas Gerais, Semiárido.

O Semiárido brasileiro ocupa uma área de 1,03 milhões de quilômetros quadrados e reúne 1.262 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, com uma população de 27 milhões de habitantes, ocupando aproximadamente 12% do território nacional, segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 107/2017 (BRASIL, 2017). A região conta com uma diversidade de características específicas, relacionadas ao clima, à vegetação e à população. O índice pluviométrico anual fica abaixo de 1.000 milímetros, mas é o semiárido mais chuvoso do planeta. Contudo, a distribuição das chuvas ocorre de maneira desigual, apresentando precipitações concentradas e distribuídas irregularmente, o que amplia o efeito da escassez hídrica, prolonga os efeitos da estiagem e intensifica a seca. Complementadas à má distribuição natural das chuvas, as ações humanas ocasionam, entre outras conseqüências, a degradação do ambiente.

Andrade (1964) analisa a diversidade do Semiárido, descrevendo seus múltiplos ambientes e como esses foram apropriados de diferentes maneiras. O estudo do autor é importante para entender a relação entre o povoamento e os biomas ali presentes. Para cada ambiente é possível distinguir também modos de vida e adaptações realizadas por cada comunidade, em que se percebe uma conjugação dos aspectos ambientais de cada região às necessidades cotidianas. Segundo o autor, “[...] o elemento que marca mais sensivelmente a



paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural” (ANDRADE, 1964, p.06).

Grande parte da população do Semiárido, conforme Malvezzi (2007), reside no meio rural. Para o autor, trata-se de um povo apaixonado pelo lugar onde vive e que aprendeu a conviver com seu ambiente. Embora migre, é sempre possível que a população vá, mas também regresse ao seu território original (MALVEZZI, 2007).

Integrando o Semiárido norte mineiro, o município de Januária, tem os ritmos de vida condicionados pelo da água e da natureza, no decorrer do ano. As múltiplas fontes de água fazem com que o município possua uma “paisagem em movimento”, viva, dinâmica. Galizoni (2005, p.125), aponta que “[...] na estação seca, que é a mais extensa, os rios, córregos e riachos se recolhem, a vegetação fica pardacenta e com poucas folhas. Caindo as primeiras chuvas, a vegetação responde rapidamente: se veste toda, os rios e riachos crescem e a paisagem se transforma.” O município de Januária está localizado no norte do estado de Minas Gerais, fazendo fronteira com os municípios de Chapada Gaúcha, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas, Cônego Marinho e com o estado da Bahia, como ilustrado na Figura 1.

Januária tem área de 6.661,588 km² e contava, em 2010, com uma população de 65.463 habitantes, em área de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga. O município é formado por uma extensa área rural que, até o ano de 2010, era a segunda maior de Minas Gerais em tamanho de população rural, apresentando 24.141 pessoas na zona rural e 41.322 pessoas na zona urbana (IBGE, 2010).

O município é drenado por extensa rede hidrográfica, que tem o São Francisco como rio principal, formada por vários afluentes do “Velho Chico” que cortam as comunidades rurais. Como exemplos de afluentes, se destacam os rios dos Cochós, Tamboril, Pardo, Peruaçu e Pandeiros, dentre outros.

Januária integra o território dos gerais sanfranciscanos que se estende de Buritizeiro, Minas Gerais, até Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Os gerais da margem esquerda do São Francisco são delimitados a oeste e norte pelo rio Carinhanha e ao sul pelo rio Paracatu. Têm variações na denominação conforme o lugar, podendo ser denominado como “gerais da Carinhanha”, “gerais de Januária”, “gerais de Pandeiros”, ou “gerais do Acari”. Os gerais da margem direita, por sua vez, ficaram conhecidos por “gerais de São Felipe”, devido à presença de uma serra com o mesmo nome (Cruz *et al* 2018).

O município de Januária é banhado pelo rio São Francisco e a comunidade de Cabeceirinha pelo rio Pandeiros, afluente e um dos principais berçários de peixes da margem esquerda do “Velho Chico”. A bacia hidrográfica do rio Pandeiros é um importante local para a manutenção de ecossistemas regionais, como aqueles que compõem o Cerrado, e a integridade do rio São Francisco.

Cabeceirinha é uma comunidade composta por seis “povoados”, conforme define a população do lugar: povoado de Tatu, formado por vinte e duas famílias; povoado de Cabeceirinha, com quatorze famílias; povoado de Resfriado, com onze famílias; povoado da Goiabeira, com dez famílias; povoado da Raposa; com sete famílias; e povoado de Ribeirão Curralinho, com quatorze famílias.

Os conhecimentos tradicionais revelam um conjunto de fatores e características que, orquestrados ao longo de gerações, encontram-se inseridos na história dos moradores. Na busca de conhecer essas relações, foi utilizado método de pesquisa etnográfico. A etnografia é um conjunto de técnicas de pesquisa social que visa à coleta de dados pelo contato direto entre pesquisador e o sujeito do estudo.

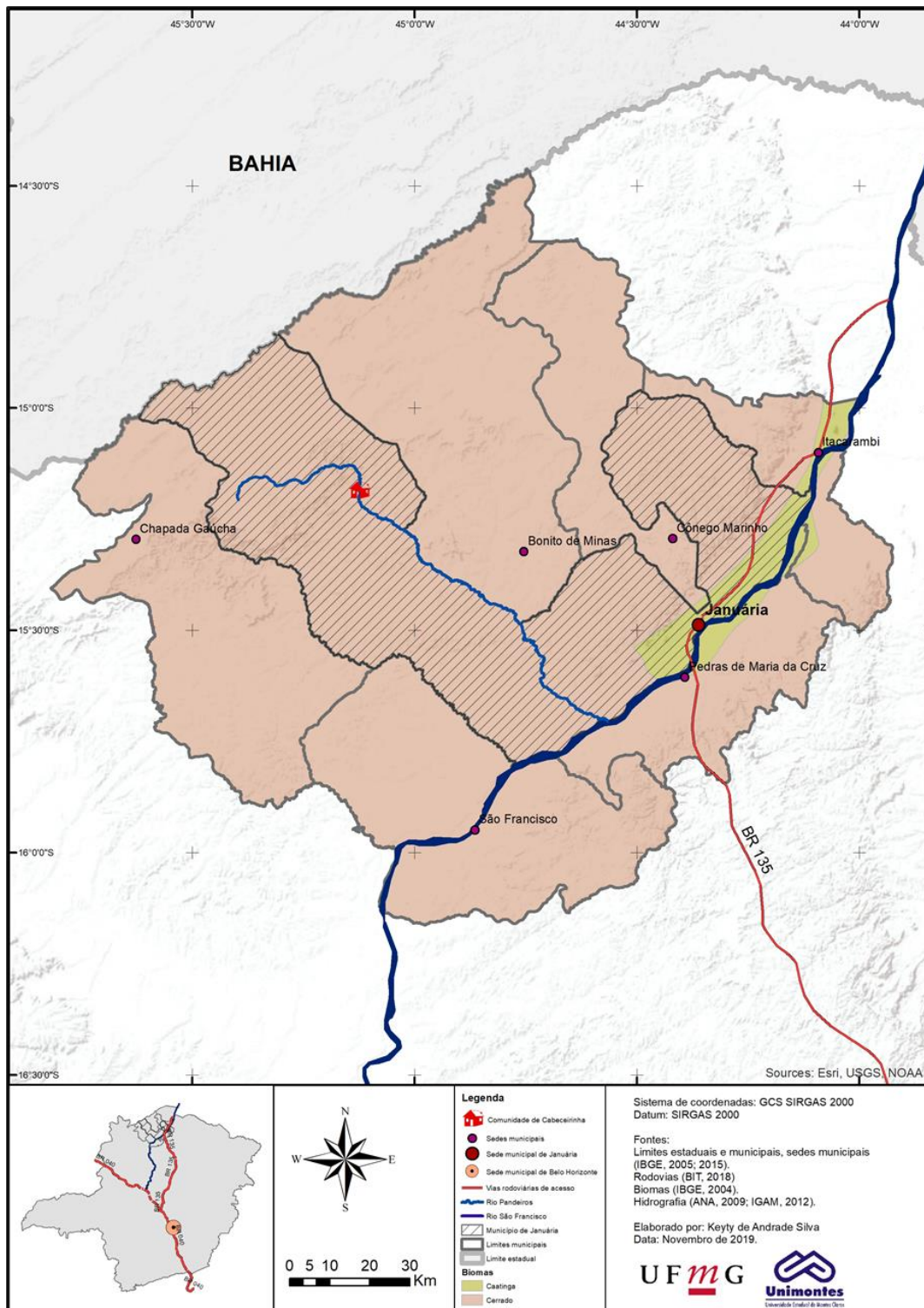


Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo.
Fonte: Elaborado pela autora.

O método etnográfico envolve uma análise descritiva de grupos e culturas humanas mediante utilização de uma abordagemêmica, que, de acordo com Rosa e Orey (2012), procura compreender determinada cultura com base nos seus próprios referenciais e nas “vivências e experiências” do (a) pesquisador (a), como aponta Carneiro *et al.* (2013).

A etnografia em Cabeceirinha foi desenvolvida pela análise dos usos costumeiros da água e da terra, relacionados com as especificidades dos gerais e com base na interação entre o ponto de vista do grupo social residente na comunidade e dos pesquisadores. A interação e as percepções foram obtidas por meio do contato cotidiano durante cinco meses, em períodos alternados dos anos de 2019 e 2020, quando a comunidade foi habitada pelos pesquisadores.

Além do método etnográfico, foram utilizadas outras técnicas de pesquisa social qualitativa: a) entrevista aberta ou não estruturada, em que foram abordados temas como a água e os usos e manejos tradicionais do território, entre outros; e b) observação participante, pela qual se buscou uma maior interação com os sujeitos da pesquisa e o território.

Na etapa inicial do estudo o levantamento bibliográfico foi relevante para definir o escopo e os limites da pesquisa. Nessa fase, autores como Brandão (1983), Woortmann (1990), Wanderley (1996), Ploeg (2009), entre outros, foram consultados para compreensão da agricultura familiar e sua relação com os recursos da natureza. Outros autores, como Chayanov (1974), Bruschini (1989), Levi Strauss (2010), foram acionados para o entendimento do papel da família na organização econômica e social da agricultura familiar.

Durante as pesquisas exploratórias e descritivas na comunidade de Cabeceirinha a principal técnica usada foi a entrevista aberta. Elas foram feitas com moradores mais antigos de Cabeceirinha, com lideranças comunitárias, com diferentes gerações de uma mesma família e com moradores que eram identificados e sugeridos pela própria comunidade durante a pesquisa de campo.

Também foi empregada a técnica de observação participante, que pressupõe uma abordagem aproximativa e interativa, como ressalta Ezpeleta e Rockwell (1986, p. 83), e possibilitou, neste estudo, que “[...] as relações interpessoais entre pesquisador e sujeito, ali chamadas “relações sociais”, constituíssem as teorias; [...] é a relação que determina o pensamento e não o contrário”.

Devido às características ambientais de Cabeceirinha, que são também as características do Semiárido, que divide o ano em dois distintos períodos – “*tempo das águas*” de outubro a março, e “*tempo da seca*” de abril a setembro –, as incursões em campo acompanharam a sazonalidade, organizadas em diferentes campanhas no segundo semestre de 2019, nos meses de julho, agosto, setembro e novembro, e janeiro de 2020.

Ressalta-se que as relações entre as famílias e o ambiente são dinâmicas e singulares e as análises desta pesquisa envolveram um recorte temporal, não estático, dos modos de vida em Cabeceirinha.

4. Resultados e discussões

Os gerais sanfranciscanos são compostos por paisagem de solo arenoso, árvores baixas e retorcidas. As áreas mais altas são denominadas como chapadas e as mais baixas são áreas alagadas e embrejadas, que tem por característica a presença de buritis. Caracterizado pela combinação de um conjunto de elementos específicos, como solo, clima, paisagem, plantas, “paus” e costumes, o gerais se associa, conforme seus moradores, aos “campos abertos”, com vegetação de Cerrado, onde a terra não é boa para o cultivo de mantimentos – onde não há “*terra de cultura*”, e a terra é “fraca”, arenosa, de coloração esbranquiçada, é também onde é possível encontrar espécies de “paus”, como o pau-santo, o pé de pequi, o jatobá do campo.

Nos gerais, há mudanças na folhagem da vegetação que decorrem principalmente da estacionalidade de chuvas. Na medida em que avança a estação seca do ano (todo ano tem uma estação seca) de forma gradativa, as árvores vão apresentando um aspecto seco que gera um efeito amarronzado/castanho, perdendo suas folhas. Outras árvores, que por sua vez, não perdem suas folhagens e vão adquirindo um tom verde claro e luminoso, como as folhas do “pé de pequi” e do jatobá.

No decorrer do tempo da seca, há folhas caídas pelo chão dos terreiros, margens do Pandeiros e caminhos que, com o passar do período, vão adquirindo um aspecto seco e quebradiço, dando aos espaços a coloração das folhas, que misturam o castanho com tons de amarelo escuro. Já o capim está alto e amarelado.

No tempo das águas, a vegetação é dominada por um tom verde escuro. Os galhos das árvores, antes expostos, e com aspecto castanho e seco, dão lugar a árvores carregadas por folhas com a presença de frutos caídos, como o pequi. O solo fica mais compactado, e a areia, antes clara, fica alaranjada/amarronzada. As vazantes ficam alagadas e com a presença de poças.

O rio Pandeiros, assim como a vegetação, também apresenta diferença de aspecto e qualidade em ambos os períodos. Na seca o rio exhibe um volume reduzido de água e um aspecto cristalino, já que tem menos material carregado das margens e afluentes, e que ficam assentados no fundo de seu curso. Com a chuva, a água do Pandeiros aumenta em quantidade e ganha coloração avermelhada, pela grande quantidade de areia, terra e sedimentos carregados da cabeceira e que ficam na superfície. Ocorre nos distintos tempos uma relação invertida de quantidade e qualidade da água.

A ligação das famílias com as mudanças no ambiente geradas pelas chuvas, e com os recursos disponíveis nos gerais extrapolou interesses individuais, abrangendo um sentimento comum de coletividade e gestão comunitária. A população se estabeleceu nas terras baixas, com a presença de cursos de água e áreas embrejadas, lugares “frescos”, de terra “forte” para o cultivo de mantimentos. De acordo com Dona Isolina Barbosa Carneiro “[...] quanto mais perto do rio, mais forte é a terra, terra fresca”. “[...] brejo é fresco, molhado o ano todo”. Para os moradores o que faz uma terra forte nos gerais é a cor, escura, e se está próxima a áreas frescas e úmidas. Dona Antônia contou que “o povo veio pra cá (Cabeceirinha) porque é mais fresco.”

Existem, em Cabeceirinha, classificações que são próprias, derivadas da possibilidade ou restrição de uso dos espaços e fontes de água. As “grotas”, são cursos d’água menores que um rio. Algumas grotas tem água durante o ano todo, como a gruta da Raposa, outras correm apenas no tempo das águas, como a gruta De Chica. As grotas desaguam no rio Pandeiros.

O “brejo”, é um lugar de área úmida, alagada, “pantanada”, uma “área fresca”, de terra escura e “forte”, boa para o cultivo de mantimentos. O brejo apresenta um “galho” - curso d’água ainda menor que uma gruta. O brejo não necessita das chuvas para o cultivo de mantimentos, pois além da umidade elevada tem água disponível na superfície.

Já a “vereda”, também tem “galho” de água, mas em maior quantidade que no brejo. O solo da vereda é mais claro e menos fértil que o do brejo. Além disso, nem toda vereda é produtiva. A vereda é caracterizada por apresentar “paus” específicos, como a pindaíba, e o buriti.

A moradora Dona Maria Lopes explicou que: “o lugar de vereda não tem mato, e no lugar de brejo tem. Lugar de vereda tem chapada.” Na vereda há, ainda, área de “vargem”, local encharcado e de terra fraca, utilizado pelo gado como bebedouro de água.

Existiam ainda as “fontes”, áreas específicas do rio Pandeiros onde cada família realizava as atividades domésticas e diárias. Segundo Senhor André Rodrigues Ferreira, nas fontes se “[...] lavava vasilha, lavava roupa. Naquele lugar que eles faziam as hortas. Lá também tomava banho. Tudo lá.”

Para as fontes, em sua maioria, eram determinados o nome das mulheres, matriarcas das famílias que as usavam, que executavam as tarefas que precisavam da água para bebida, limpeza e preparo de alimentos. As crianças, meninas e meninos, acompanhavam as mulheres nessas atividades. Os homens adultos tinham como tarefas a roça, cuidado do gado, dos animais e das criações.

A rotina da mulher na fonte começava no cedo da manhã, ao buscar a água, transportada em vasilhas seguradas pelas mãos e colocadas sobre a cabeça. Após o café da manhã, elas trabalhavam na roça por cerca de uma hora, depois retornavam para casa, dedicando-se a preparar almoço e “arrumar” as crianças para a escola. Depois do almoço, retornavam à fonte para lavar as vasilhas. No final da tarde, voltavam ao rio para “banhar” e, caso necessário, apanhavam mais água.

Moradora de Cabeceirinha e “dona” da “*Fonte de Do Carmo*”, Dona Maria do Carmo Ribeiro Rocha descreveu a rotina diária de idas das mulheres às fontes:

[...] a gente ia, era a gente mesmo, as mulheres. Eu mesma quando ganhava menino aqui, eu deixava menininho aí e corria lá no rio, porque não tinha outro pra olhar, né?! Eu corria lá, enchia a vasilha, chegava aqui e despejava, corria lá e panhava de novo e lavava as vasilha aqui (na casa), lavava pano de menino, pra não deixar o menino sozinho. A gente levantava cedo, ia pegar água lá no rio, tinha vez que não amanhecia água [em casa]. Aí, tinha que ir lá pegar água pra fazer o café, e aí a gente ia levando. A gente não pegava de noite não, pegava de tardinha. Aí, de manhã cedinho, a gente ia e panhava no rio pra fazer o café. O marido também, quando ele tinha tempo. Mas o marido é sempre mais assim, é roça, levantava cedo e ia trabalhar de enxada. Depois ia fazer o almoço, ia pra roça ajudar o marido na roça também. Ajudava, assim, pra catar feijão. Quando vai arrancar a mandioca, sempre a gente ajuda também. É assim, porque não tem outro serviço pra gente ganhar um dinheiro. Trabalhando é assim mesmo. Outra hora ia cedo (para roça) ia lá e voltava e fazia o almoço, deixava o feijão cozinhando [...] ia para a roça cedo e de tarde. Enchia as vasilha, enchia o pote, aí tinha umas cabacinhas. A gente enchia as cabaças, que as vezes quebrava e caia e derrubava a água. E a água na cabaça era gostosa, friinha na cabaça.

A fonte era local de uso de toda família, apesar de atribuída à mulher e ser ela a responsável pelas tarefas domésticas ligadas à fonte. Deste modo, cada família dispunha de uma fonte distinta. O local da fonte era escolhido dependendo das características da beira do rio Pandeiros. Procurava-se beiras de rio com menor altura dos barrancos, menor concentração de terra e areia nas margens, poços com águas mais profundas e mais correntes, a pouca distância da casa. Para Dona Sota Carmelita Pereira Lisboa “[...] *são procurados os lugares mais fundos do rio, o que facilita na hora de ‘panhar’ a água*”.

A transmissão do saber relacionado às fontes acontecia por meio das mães, era uma herança materna. A fonte da família, de uso da mãe, se estendia à filha após o casamento, caso esta permanecesse vivendo nas proximidades, em terreno que lhe cabia por herança. Nesse caso não havia necessidade de nova fonte. Contudo, caso a filha se estabelecesse em lugar distante de sua família e da fonte, geralmente quando a mulher acompanhava o marido e estabelecia morada nas terras de herança do homem (regra que costumava prevalecer no sistema de herança de Cabeceirinha), ela criava uma nova fonte para o novo núcleo familiar. Essa nova fonte receberia, então, o nome dessa mulher recém-casada.

Para o abastecimento diário das famílias havia a rotina de transporte de água. A localização do rio, em alguns casos distante das casas, prolongava essa atividade, e se somava ao tempo despendido para execução das demais tarefas associadas ao cuidado com a casa. Por outro lado, o contato diário com o rio gerava, para as mulheres, um espaço de sociabilidade própria, compartilhado no momentos de “panhar água”, uma vez que “[...] *o rio enchia de mulher*”, sendo ponto de encontro entre mulheres, que, muitas vezes, se reuniam, mesmo com



a divisão das fontes, para “banhar” ou lavar roupa. O rio, nesse momento, era local de interação entre as mulheres.

Na dinâmica casa - terreiro- quintal, os locais utilizados cotidianamente pelas famílias também estão relacionados com as peculiaridades territoriais que possuem um ritmo e lógicas próprias, onde os usos variavam. Na parte da frente da casa, local de área limpa e sem plantações, eram colocadas plantas ornamentais; área limpa e varrida constantemente, chamava-se de “terreiro”. Era uma área mais restritiva à presença de animais, onde ficavam apenas galinhas, cachorros ou gatos. Após a delimitação do terreiro, na área onde realizavam o cultivo de hortas, por exemplo, e onde não se varria e também não se “limpava” a terra com frequência, encontrava-se o “quintal”, que estava associado aos fundos da casa. Existiam cercas que delimitavam a passagem de um espaço para o outro.

Para Dona Isolina Barbosa Carneiro, a terra do quintal é forte porque vão sendo depositados no dia a dia restos de alimentos e o lixo doméstico que é queimado. Como comentou, também, Dona Antônia Farias, *“a terra boa para plantar é a terra amontoada, queimada, terra forte.”*

Como nos quintais e terreiros não existiam extensas áreas de terra fértil, a manutenção dos modos de vida sempre dependeu do uso das terras comuns. No sistema de uso comum dos gerais, as lavouras eram cultivadas a 25 ou 30 metros do leito do Pandeiros, numa agricultura de sequeiro. Senhor Joaquim Pereira Rocha, morador de Cabeceirinha, explicou como escolhiam os locais de cultivo nos gerais: *“[...] para a roça, escolhia o lugar onde a terra era melhor. Na beira do Pandeiros, a terra é boa”*.

Plantava-se arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora *“[...] o feijão era do tipo carioca. Plantava catador, plantava carioca e o arroz era arroz capim, arroz branco que o povo falava”*. O arroz era plantado nas vazantes pois precisa de grande quantidade de água para produzir; já os outros mantimentos, como feijão de arranca, mandioca, milho e abóbora, eram plantados nas partes mais altas, nas roças de sequeiro. Segundo Senhor André Rodrigues Ferreira: *“a chuva chovia um bando e juntava água naquele lugar baixo. Plantava arroz. Os lugares mais altos plantavam feijão.”*

O preparo da terra consistia em *“[...] derrubar o mato e colocar fogo para conseguir plantar”*. O período dos cultivos era dividido de acordo com o regime de chuvas: tempo das águas e tempo das secas. Nos meses de junho a setembro preparava-se a terra para plantio: em junho e julho derrubava-se o “mato” e em agosto e setembro colocava-se o fogo no terreno que seria plantado. De outubro a novembro plantava-se as culturas. A colheita acontecia entre os meses de janeiro a abril: em janeiro colhia-se o feijão; e nos meses de março e abril, colhia-se o milho. Nos meses de abril, maio e junho, a terra estava novamente seca, reiniciando o ciclo que durava de dois a três anos em um mesmo local. As terras próximas as vazantes eram propícias para o cultivo de milho na estação seca, que se iniciava no final de março para abril, sendo este colhido em meados de setembro.

Em seguida, eram transferidas para outro local por que a terra estava fraca. Mudava-se o local do cultivo para que o mato crescesse e a terra se recuperasse. Fazendo uma rotação entre as áreas de cultura. Senhor André Rodrigues Ferreira explicou que *“a gente plantava dois, três, anos num lugar só. Aí a gente ia colhendo, colhendo. Quando a terra ia ficando mais fraca, se a gente tinha o lugar de trabalhar, a gente ia aumentando.”*

O cultivo das hortas era feito nas áreas de vazantes das fontes do rio Pandeiros, pela facilidade de acesso à água de rega. As hortas, diferentemente das roças, eram cultivadas no tempo das secas, por se tratar de um cultivo irrigado. Como já estavam localizadas em áreas úmidas e próximas às fontes de água, a rega ocorria no período da manhã e no final da tarde, com baldes ou vasilhas manuais. Roçava-se a terra para o plantio no mês de abril e plantava-se em maio. De maio a julho, cuidava-se do cultivar; e a colheita era realizada durante os meses



de agosto e setembro. De outubro a abril, após a colheita, a terra permanecia parada, durante o tempo das águas. Plantava-se nas hortas cultivos como os de cebola, hortelã, tomate e coentro.

Além das vazantes, outro local fresco e de terra considerada “forte” pelos agricultores para o plantio de mantimentos era o brejo. As hortas eram plantadas no brejo e na beira do rio; e as roças, no brejo e na terra seca. Roças não irrigadas, mas que utilizavam da umidade do solo. O plantio em brejos exigia o esgotamento da água, por ser uma área alagada. O sistema de “esgoto” – canalização da água na forma de regos – permitia o cultivo por reduzir a área alagada sem deixar que o brejo perdesse umidade, e a água esgotada podia ser utilizada, ainda, para regar as hortas. Senhor André Rodrigues Ferreira relatou que “[...] o povo trabalhava no brejo, chovia muito, o brejo era cheio de água. Pegava e fazia aquelas valetas de esgoto, esgotava o brejo para enxugar, e aí trabalhava nos brejos”. O sistema de plantio no brejo era regulado de acordo com a quantidade de água disponível. Desse modo, segundo Senhor José Carneiro “[...] se esgotar demais, o brejo enxuga. Se secar demais, tem que entulhar o esgoto. Se a água do brejo for pouca, não esgotava”.

As áreas “embrejadas” de Cabeceirinha tinham como uma das principais finalidades o cultivo do arroz. A área escolhida para plantio era roçada, em seguida queimava-se a capina e as cinzas eram distribuídas uniformemente para adubar o solo. O arroz tinha que ser plantado antes das primeiras chuvas ou chuvas de broto, que ocorriam no mês de setembro. Com as chegadas das primeiras chuvas germinava-se o arroz, esta técnica impedia que o mantimento cultivado ficasse totalmente submerso durante as águas.

Senhor Valentim Barbosa dos Santos esclareceu que para cultivar arroz era necessária uma labuta de dois meses, sendo divididos entre os meses de setembro e outubro, onde vigiava-se para que os passarinhos não comessem as sementes plantadas até a brotação. O outro mês era entre novembro e fevereiro e março na formação dos cachos, onde novamente os passarinhos retornavam, eram aproximadamente quatorze horas ininterruptas de guarda para salvar a safra do arroz.

Os mantimentos como arroz, feijão, farinha e toucinho junto com os frutos nativos consistiam na principal fonte alimentar das famílias de Cabeceirinha. A proteína animal ficava a cargo principalmente da carne de porco. Galinha, gado e caças em menor quantidade também eram consumidos.

A criação de gado, também, sempre foi importante nos gerais. O gado além de ser usado para a ordenha era uma poupança familiar em casos de urgência de recursos monetários. Quando a colheita destes mantimentos era farta o excedente era vendido na cidade de Januária. O porco e o arroz eram os principais itens comercializados. O comércio era necessário para que outros produtos pudessem ser adquiridos como café, fumo, querosene, roupas e calçados. Senhor Valentim Barbosa dos Santos recorda a peleja que era chegar à cidade de Januária, eram necessários dez dias para ir e dez dias voltar de carro de boi, porém era uma única viagem. Os produtos comprados tinham “obrigação” de durar durante todo o ano. Quando alguns dos principais mantimentos vinham a faltar na mesa como o milho e o feijão, recorria-se aos vizinhos. As medidas de empréstimo eram feitas no prato e a dívida era paga na colheita seguinte.

A área de terras de cada agricultor não interferia na quantidade de gado que ele podia criar e não limitava o acesso aos recursos da natureza. Nos campos das chapadas, onde a terra é fraca, arenosa e coberta por capim nativo, que não possibilitam cultivos de mantimentos, destinava-se para pastagem, extração de frutas, lenha e plantas que servem como remédios naturais. As “soltas” de gado, sistema de criação extensivo e coletivo, associam os gerais à criação de gado em conjunto e sem cercas. São áreas abertas, onde a “solta” do gado é realizada em comum, por uma comunidade ou um conjunto delas.



O gado permanecia na solta durante o tempo da seca, tendo livre acesso aos “bebedouros” de água localizados nas veredas e áreas úmidas. Já no tempo das águas o gado era levado para os currais, localizados nas áreas de baixada. Os currais serviam como “retiro”, usados para o ordenamento de vacas, aplicação de medicamentos, e como refúgio para as vacas paridas.

Assim como o cultivo de mantimentos, o manejo do gado era realizado com base nos ciclos da chuva. No tempo das águas, o gado era levado para as soltas nos gerais, onde se alimentavam de brotos de plantas nativas e havia uma abundância de fontes de água; enquanto a terra de cultura tinha suas lavouras formadas. No tempo das secas, o gado era colocado nos pastos, localizados próximos as terras de cultura na baixada, próximas as casas e ao rio Pandeiros.

A solta em comum nos gerais não ocorria de maneira aleatória. As famílias tinham os locais certos, acordados coletivamente, para a solta do gado. Além disso, todos cuidavam dos gados um dos outros, de forma coletiva. Sobre a realização das soltas em comum nos gerais, Senhor Santilino Rodrigues Ferreira, morador de Cabeceirinha, relatou que “[...] esse povo mais velho criava era aí nos gerais. Pra lá, o gado era solto”. Segundo Senhor André Rodrigues Ferreira, “nós não soltava os gado nosso a qualquer canto. Mas era de muita gente, aí misturava. [...] Todo mundo cuidava do que era uns dos outros, ficava tudo junto”.

Os usos comuns dos gerais são orientados por meio de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nas relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 2004; LIRA e CHAVES, 2016). Assim, “os laços solidários de ajuda mútua carregam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes” (ALMEIDA, 2004, p.10).

As práticas realizadas durante anos, na agricultura nos gerais, transmitidas ao longo das gerações, estão associadas à identidade e reprodução cultural, à construção histórica de dos grupos sociais que ali residem. Este é o caso da população de Cabeceirinha e a sua ligação com o rio Pandeiros, com as áreas úmidas, com as distinções dos ambientes e dos tipos de terra, além dos recursos disponíveis no território. Uma dinâmica construída da oposição e associação entre terra e água. Essas relações extrapolaram interesses individuais, abrangendo um sentimento comum de coletividade e gestão comunitária das famílias agricultoras.

Associa-a no dia a dia das famílias a forma como ocorre o manejo do gado, a topografia, a disponibilidade de água e acesso às terras comuns, os tipos de “pau” encontrados na vegetação que de acordo com seu porte servem como indicadores da fertilidade do solo e conseqüentemente o tipo de lavoura a ser cultivada. Todos estes conhecimentos tradicionais revelam um conjunto de fatores e características que orquestradas ao longo de gerações e encontram-se inseridos na história dos moradores.

A população se distribui e realiza suas atividades diante da maior ou menor disponibilidade de água e terras férteis. As distinções e denominação dos ambientes (toponímias), as dinâmicas de agricultura, o manejo do gado, bem como na autodenominação das comunidades, ocorrem em sintonia com a disponibilidade de água.

Para além do uso do rio Pandeiros e dos benefícios que oferece, há em comunidades como Cabeceirinha histórias de vida que foram vinculadas a este curso d’água, que incorporaram valores e significados que extrapolaram uma visão estritamente utilitarista. As fontes de água, tiveram um papel fundamental na construção de uma espacialidade, estabelecendo uma lógica própria para o sentido de localização no mundo e até mesmo de divisão sexual de trabalho para os moradores de Cabeceirinha.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, vol. 6, núm. 1, maio 2004.
- ANDRADE, M. Terra e homem no Nordeste. São Paulo: **Brasiliense**, 1964.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O arдил da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular. Campinas: Editora **Papirus**. 1983
- BRASIL. 2017. **Resolução nº 107/2017**. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo da Sudene. Disponível em: < <http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf> >. Acesso em: 12 mar. 2019.
- BRUSCHINI, M.C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, V.6, número 1, jan/jul 1989.
- CARNEIRO, M. G. R. *et al.* Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 2, p. 135-47, 2013.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, NAEA/UFPA, Belém, 1998.
- CUNHA, L. H. de O. Significados Múltiplos das Águas. In: Antônio Carlos Diegues. (Org.). A Imagem das Águas. 1ed. São Paulo: Editora **Hucitec**, v., p. 15-25. 2000.
- CHAYANOV, A. La organizacion de la unidad económica campesina. Buenos Aires: **Nueva Visión**, 1974.
- CRUZ, G. C. *et al.* Semiárido, Seca e “Gerais” do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco. **Campo -Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, n.13 (31), páginas 29-56. 2018.
- DIEGUES, A.C. Aspectos socioculturais e políticos do uso da água. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, **NUPAUB/USP**, São Paulo, 2005.
- DIEGUES, A.C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. I Encontro Internacional: Governança da Água. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, **NUPAUB/USP**, São Paulo, 2007.
- EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. Pesquisa participante. São Paulo: **Cortez-Autores Associados**, 1986.
- FRAXE, T. Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: **Annablume**, 2000.
- GALIZONI, F.M.G. **Águas da vida**. Tese (doutorado), IFCH/Unicamp, 2005.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **La familia**. In: Honório M. Velasco (Org). Lecturas de antropología social y cultural: La cultura y las culturas. 3ed. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 195p, 2010.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Revista Anuário Antropológico**, UnB, Brasília, 28(1), 251-290, 2002.

LIRA, T de M, CHAVES M. do P. S. R. "Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política." **Revista Interações**, Campo Grande, 17, no. 1. 2016.

MALVEZZI, R. **Semiárido: Uma Visão Holística**. Brasília: Confea, 2007, p.106.

PLOEG, J.D.V. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. IN Petersen, P. (org) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ROSA, M; OREY, D. C. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagensêmica, ética e dialética. **Educação e Pesquisa**, Ouro Preto, v. 38, n. 4, p. 865-879, 2012.

SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre, 2011. p. 1-16.

SHIVA, V. Las guerras del agua. Privatización, contaminación y lucro. México: **Siglo XXI Editores**. 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG.1996.

WOORTMANN, K. Com parente não se "negueia": o campesinato como ordem moral. **Revista Anuário Antropológico/87**, UnB, Brasília, p. 11-73, 1990.